379

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

Separata das «Memórias»
(Classe de Letras — Tomo VI)

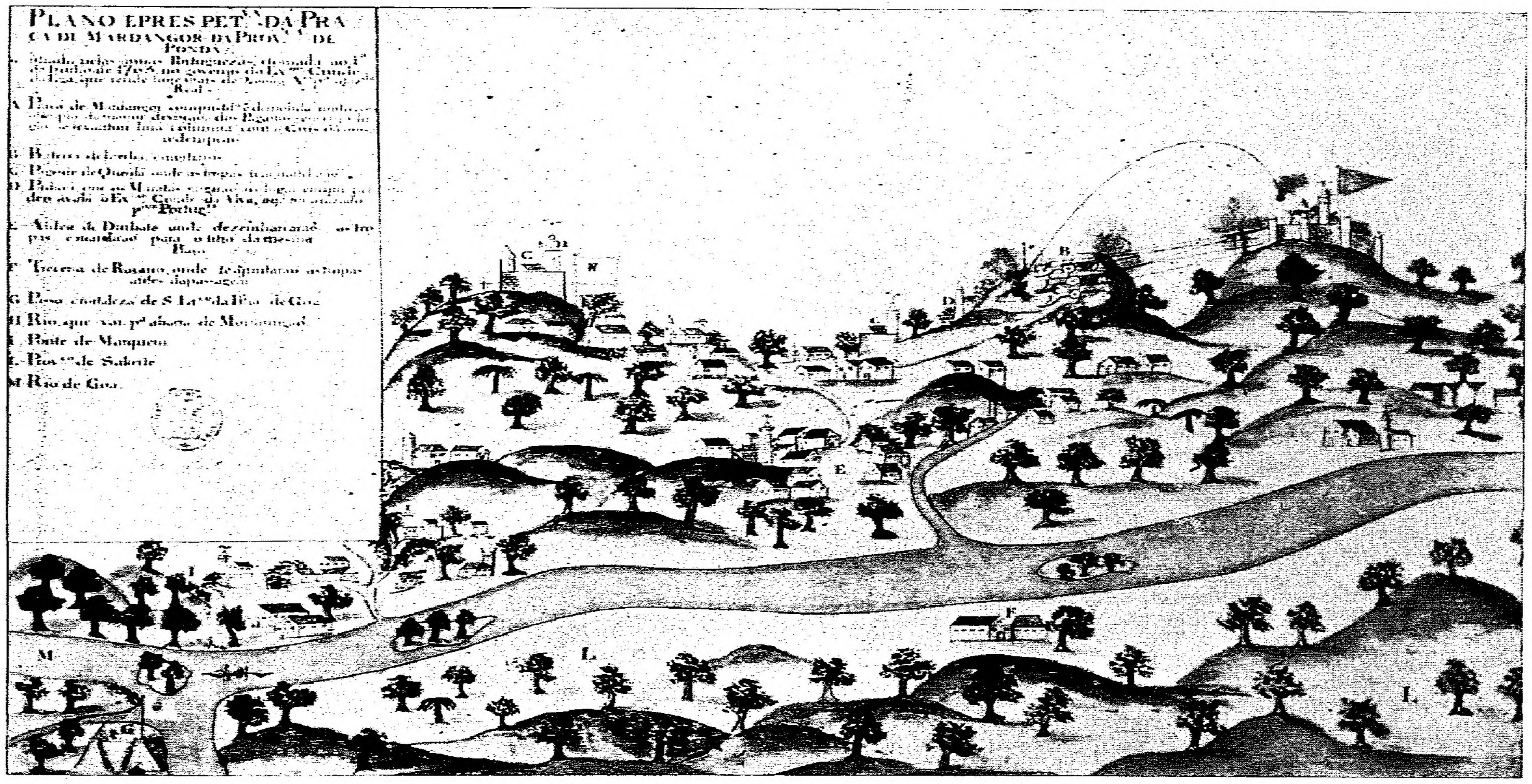
O enigma da morte do Vice-Rei Conde de Alva esclarecido à luz de documentos maratas

POR

PANDURONGA PISSURLENCAR
DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

LISBOA
1957

GOA UNIVERSITY LIBRARY
This book is donated by .. N. G.

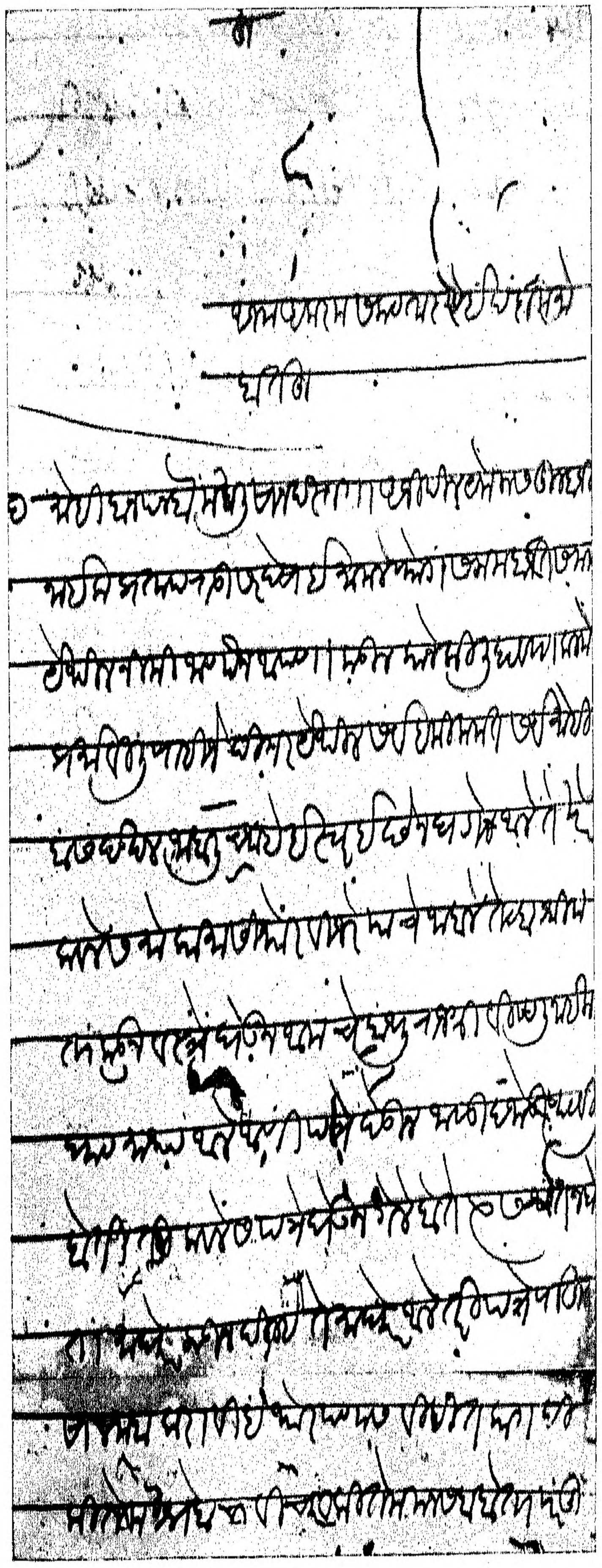

PLANO E PRESPET.VA DA PRA
ÇA DE MARDANGOR DA PROV.CIA DE
PONDA
Real
B
C
D
E Aldea de Daubate onde desembarcarão as tropas
F Taverna de Rosario, onde se ajuntarão as tropas
G Poso fortaleza de S. L.ço da Ilha de Goa
H Rio que vai p.ª abaxo de Mordangor
I Ponte de Marquem
L Prov.cia de Salcete
M Rio de Goa
L
L
M

Fortaleza de Mordon-godd

(Cópia duma planta existente na Biblioteca Pública de Évora)

Reprodução de um documento existente no Arquivo Histórico do Estado da Índia (Goa)

(FRENTE)



Pelo ano de 1756, o território português de Goa compreendia apenas o Tissuari, Salcete e Bardês. Este distrito tinha por vizinhos os estados de Sunda e Bounsuló que não só não davam cuidado ao governo de Goa, mas antes nos serviam de barreira contra o poder do Marata. —

Em Abril de 1756, o Poxvá Ballagi Bagi Rau, mandou um destacamento de doze mil cavalos (1) contra o rei de Sundém, obrigando-o a pagar-lhe o tributo de oitocentas mil rupias, (2) uma parte do qual lhe foi satisfeita e para o resto, na importância de quinhentas e cinquenta mil, recebeu aquele dominante de Puném, em refens, a fortaleza de Pondá e sua jurisdição, próxima às Ilhas de Goa. Essa fortaleza ficava situada no alto duma montanha quase inacessível e denominava-se *Mordon-godd*, que quer dizer «fortaleza destruidora». (1) Foi a mesma fortaleza construida em 1683 pelo rei dos Maratas Sambaji, com o intuito de defeza contra os Portugueses. (2) A primitiva fortaleza de Pondá, de que falam os nossos cronistas, Gaspar Correia e outros, (3) demorava na planície e dela restam apenas ligeiros vestígios. —

---

(1) Carta de Adicari Virayá Nauru assistente em Sundém, escrita ao governador da Fortaleza de Angediva João de Melo de Sampaio, em marata. Traduzida para português em 25-10-1756. (Arquivo Histórico de Goa).

Escreve Joseph Roger: «Em o fim de Abril de 1756 chegou noticia a Sua Excelência de que o Rey Sundá tinha dado a fortaleza de Pondá ao potentado Marata, em refens de huma antiga divida, pela qual o perseguia muito; e não convinha este negocio ao Estado Português, por ser a fortaleza muito propincua, pois dista só duas léguas do nosso território, e as passagens do rio são frequentadas de huma e outra parte pelos moradores. A dita fortaleza he cabeça de huma grande Provincia, onde o Marata pode aquartelar as suas tropas em todo o tempo do anno, *com prejuizo imminente dos nossos*, como ha tempos mostrou a experiencia». (*Relação dos Sucessos Prosperos e infelices do Conde de Alva*, Lisboa, 1757, p. 8).

(2) Peshwá Daftar (Arquivo de Punêm), Vol. 28, documento 140.

A ocupação desta fortaleza pelo Pexvá era um perigo para a segurança de Goa. É muito provável até que o Marata tivesse obtido de Sundém a mesma fortaleza com o objectivo de nos atacar, em ocasião oportuna. Efectivamente, no Arquivo dos Pexvás, em Punêm, existe um documento coevo que nos leva a esta conclusão, pois nele um oficial marata, de nome Shridhar Abaji, aconselha o Pexvá a obter do rei de Sundém, por meio de negociações, a fortaleza de Mordon-godd, «se ele Pexvá tiver na mente a ideia de derrotar os Portugueses e tomar-lhes terras, depois de vencer o Angriá» (*Peshwá Daftar*, vol. 24, doc. 157). Os maratas supunham que lhes seria fácil conquistar-nos se não a Ilha de Goa pelo menos as terras de Salcete e Bardês, como o fizeram em 1683 e 1740.

Governava nesse tempo o Estado da Índia o Vice-Rei Conde de Alva que tendo conhecimento de que o rei de Sundém ia entregar a praça de Mordon-godd ao Pexvá, e, em sua consequência, da situação perigosa em que ficariam as terras de Goa, com a vizinhança do mesmo dominante de Punêm, entendeu dever conquistar a referida fortaleza, antes que fosse ocupada pelo Marata. E, assim, em 1 de Junho de 1756, passou o Vice-Rei, com a maior parte das tropas de Goa, a acometer a fortaleza, mas quando lá chegou encontrou-a guarnecida pelo poderoso exército Marata que desde o dia anterior, 31 de Maio, a vinha ocupando.—

---

(1) Gemelli Careri, Voyages du tour du Monde, Paris, 1727, p. 160. O Vice-Rei Conde da Ega descreveu assim a fortaleza, no seu célebre ofício de 20-1-1764—Livro das Monções, n.º 138, fls. 870:

> «Era a dita praça situada em uma alta montanha, quase inacessível; pois para chegar a ella por toda a sua circunferencia se fazia preciso em partes ajudar-se das mãos».

(2) P. Pissurlencar, *Antigualhas*, Vol. I, p. 72.

(3) Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Vol. IV, cap. LXXXVI, p. 601:

> «Pondá em que estava hum castello e huma povoação de palha, tudo muy fraca coisa, em que haveria quinhentos homens de peleja, com hum tanadar que hy estava com alguns vinte ou trinta de maos cavallos».

Vendo o Vice-Rei a dificuldade da conquista da fortaleza, retirou-se no mesmo dia para Goa, (1) com o propósito de repetir a acção no mês de Setembro, após o inverno.

Referindo-se a este ataque do Vice-Rei à fortaleza de Pondá, escreve Anubai, viúva de Vencata Rau Ghorapaddê, a Narana Rau Venctexa, em 10 de Junho de 1756: «Despachámos o sr. Essagi Rama para Mordon-godd. Faz oito dias que a fortaleza está em nosso poder. Depois de o mesmo Governador estar presente na fortaleza, recebemos as cartas que ele nos escreveu. Apareceram os Portugueses com cinco a sete mil pessoas e acometeram a fortaleza; mas nada conseguiram. Um dia antes, o dito Essagi Rama apresentara-se na fortaleza, onde se encontrava bastante tropa. Os Portugueses depois de atacarem as aldeias da vizinhança estão aquartelados em Borim». (Doc. marata n.º 25, publicado por Kharê, no seu livro *Ichalcaranji Sansthanachi Itihás*, Pág. 31).

O Vice-Rei não tinha paciência para demorar a projectada acção contra a fortaleza de Mordon-godd, porque sabia que cada dia a situação dos Maratas em Pondá se tornava mais sólida. Resolveu o Conde de Alva atacar novamente a fortaleza de Mordon-godd. Os Maratas estavam, porém, prevenidos.

No dia 28 de Junho do mesmo ano, o Vice-Rei mandou marchar o Tenente-Coronel António Mourão de Miranda com sete companhias de granadeiros, duas de ligeiros, um corpo de sipais, duas peças de artilharia de nova invenção, petardos, escadas e mais apetrechos necessários para a escalada da fortaleza de Mordon-godd, e deu-lhe ordens para ocupar o Bazar de Pondá, na base do monte, o que o mesmo Tenente-Coronel executou.

Na manhã desse mesmo dia 28, o Vice-Rei pôs-se em marcha com seis companhias de infantaria, um corpo de sipais, duas peças de artilharia de nova invenção e dois morteiros, e foi ocupar um outeiro vizinho de Mordon-godd. Deste outeiro principiou a bombardear a fortaleza.

---

(1) O Bispo de Halicarnasso escreveu em 1772:

> «As tropas o seguirão com tanta confuzão no embarque, que sem verem o inimigo perecerão afogados no rio 80 Granadeiros». (*Systema Marcial Aziatico*, fl. 35. Mss. da Bibl. Nac. Lisboa, F. G. 308).

O Bispo de Halicarnasso foi «o condutor de todas as operações» da campanha de Pondá de 1763, no dizer do Vice-Rei Conde da Ega. (Vide carta do mesmo Conde da Ega, de 20-5-1763, in Bibl. Nac. Lisboa, Col. Pombalina, Mss. 172, fls. 19 v.).

Aconteceu cairem algumas bombas nos baluartes que defendiam a porta da Praça e que estavam cobertos da palha e olas e ateou-se neles o fogo. O Comandante António Mourão achou, então, ocasião propícia para empreender a escalada da fortaleza, por estarem os inimigos em luta com o fogo. Mandou marchar para ela, do Bazar em que estava, quatro companhias de granadeiros com petardos e escadas, sob o comando do sargento mór Inácio de Souza e Brito.

Lê-se, a propósito, na «*Relação dos Sucessos Prosperos e Infelices do Illust. e Excellent. Senhor D. Luiz Mascarenhas Conde de Alva*», escrita por Joseph Roger e publicada em Lisboa em 1757: «...Continuarão os nossos a diligência, fazendo muito fogo no que os inimigos recebião damno tal, e se mostrarão tão receosos da defeza, que já suspeitavamos a victoria pelas nossas armas. Porem Deos que he o Senhor das campanhas, foy por seus altos juizos servido de que achassemos a mayor infelicidade onde conheciamos huma tão importante ventura; porque sobrevindo huma copiosa chuva, originou este contratempo toda aquella perdição; pois sendo aquelle sitio todo de ladeira, fazia com a copia de agua mais precisamente escorregar os nossos soldados, que para se segurarem, e não cahirem, largavão as armas, com cujas bayonetas ferião huns aos outros na confusão, que a corrente da terra e do Ceo occasionara; e por este motivo, e por verem que a polvora se molhara, perderão o animo, a forma, e a esperança de huma conquista quasi effeituada. Vendo os inimigos da fortaleza a novidade, sahirão furiosos... e matarão a mayor parte dos nossos, que estavão em termos de se não poderem defender». Correram em socorro destes, com as restantes tropas, primeiro o comandante António Mourão e logo depois o próprio Vice-Rei. Era fatal a derrota do exército português que ficou obrigado a retirar-se em desordenada fuga, (1) deixando no campo mortos 14 oficiais e 85 soldados e numerosos feridos. —

---

(1) O Bispo de Halicarnasso escreveu em 1772:

«Voltou as costas precipitandose em mayor desordem da qual se aproveitou o inimigo, sahindo improvizamente em numero de 400 sipaes armados de espada e rodella, que era todo o prezidio da Praça, que estando dispostos a renderse ás nossas forças, como depois confeçarão, retractarão o pensamento com a nossa desordem, da qual ajudados *paçarão a espada o mesmo Vi Rey*». (Cit, *Systema Marcial Aziatico*).

O Governador da fortaleza de Pondá, Essaji Rama Joshi Huparicar, consentiu que as autoridades portuguesas levassem o cadáver do Vice-Rei que efectivamente chegou a Goa no terceiro dia, conduzido num palanquim. —

No Arquivo Histórico de Goa existe uma carta do mesmo Governador, dirigida ao Secretário do Estado Belchior José Vaz de Carvalho. Essa carta marata não tem data, mas foi traduzida para português em 1 de Julho de 1756. Diz a referida carta:

«Havendo correspondência da boa amizade entre o felicíssimo senhor Pessuê (Naná) e o grandioso Vice-Rei de Goa, continuando sempre cartas duma parte para outra veyo de propósito escalar esta fortaleza do mesmo sr., aonde na ocasião da peleja morreram e se feriram vários distintos portugueses e como o capitão de Baçaim me escreve remetendo hum andor dizendo que conhecendo o cadáver do grandioso Vice-Rei se estivesse entre os mais mortos, queria levar, concedy ao christão que vinha com a dita carta que levasse, como com effeito o leva. Varios Portugueses são assim feridos, como outros se acham espalhados nestas partes. V. M. mandando cá huma pessoa capaz, faça conduzir aos sobreditos Portugueses, e não há diferença de correspondência entre ambas as partes, e me é precizo agora dar conta disso ao dito senhor Pessuê (Naná)».

Efectivamente, no Arquivo dos Pexvás em Puném encontra-se um breve relato, em marata, da presente campanha feito pelo referido Governador de Pondá, Essagi Rama, ao dominante de Puném.

Traduzamo-lo:

«Os Portugueses vieram atacar-nos. A nossa gente estava com medo. Mas graças ao meu senhor, tudo o que nos era contrário tornou-se-nos favorável, e os Portugueses sofreram derrota. *O próprio vice-rei foi morto* (*Khassá vizarei tthar paddlá*) e o seu cadáver caiu em nosso poder. Foram capturados dez canhões, entre grandes e pequenos. Os nossos apreenderam muitas armas ao inimigo. Tanto o estandarte como a banda de música do inimigo foram tomados. Não sei o que vai ser para o futuro... Nunca tinhamos derrotado assim os Portugueses...». (*Peshwá Daftar*, Vol. 16, doc. 95). —

Duma outra carta marata, existente no referido Arquivo de Puném escrita por Gopalla Govinda a Ballagi Bagi Rau Pexvá, com a data de 4 de Julho de 1756, consta que «as tropas portuguesas investiram duas ou três vezes a fortaleza de Mordon-godd, mas foram dizimadas. O inimigo retirou-se para Goa atravessando o rio perto de Queulá. Matámos dez a vinte portugueses e trouxemos presos cinco a sete». (*P. D.*, vol. 28, doc. 262).—

No mencionado *Peshvá Daftar* há mais uma carta marata, escrita pelo general Vassudeva Quexevá ao dominante de Puném, em 22 de Julho de 1756, em que se refere à notícia que lhe foi comunicada de Vijayadurga, nos seguintes termos: «Cerca de mil a mil e quinhentos portugueses vieram atacar a fortaleza de Mordon-godd, tomaram o *bazar* de Pondá e quando estavam formando baterias para atacar a fortaleza, sairam desta os nossos de encontro aos assaltantes. Houve uma luta renhida entre eles e a nossa gente. Matámos do lado dos Portugueses quinhentas a setecentas pessoas. Tinha vindo o próprio Vice-Rei que também foi morto». (*Khassá Firanguihi alá hotá tohi paddlá*). (*P. D.*, vol. 24, doc. 243).—

No sítio onde foi encontrado morto o Vice-Rei, os Maratas erigiram um padrão que o Bispo de Halicarnasso mandou demolir na ocasião da conquista de Pondá, em 1763 (Bib. Nac. Lisboa, Colecção Pombalina, Códice 172, Fls. 38). É também assinalado esse sítio na planta da Praça de Pondá, desenhada nessa época, existente na Biblioteca pública de Évora.

Uma outra carta marata, escrita pelo próprio dominante de Puném, Ballagi Bagi Rau a Naraiana Rau Venctexa, em 6 de Julho de 1756, fornece mais alguns informes sobre a presente campanha do Vice-Rei Conde de Alva. Foi trazida à luz pelo investigador da história dos Maratas, Vassudeva Kharê, que a descobriu no Arquivo do Rajado de Miraj. Dela traduzimos para português alguns trechos. Ei-los:

«Visnu Naique recebeu uma carta de Dulbagi Naique dizendo que o Vice-Rei, em pessoa, trazendo consigo mil e quinhentos Portugueses, quatro a cinco mil homens de pé, tomou o *bazar* de Pondá e em marcha ofensiva chegou até à porta da fortaleza. Nesta conjuntura, a gente da fortaleza perdeu o ânimo e, com o pensamento em Deus, mandou rufar os timbales. Então os Portugueses julgaram que vinha contra eles o nosso exército e, desnorteados, puseram-se em retirada. Nessa ocasião a nossa gente matou duzentas a trezentas pessoas e repeliu os assaltantes para além do rio. (Doc. 35 do cit. *Ichalcaranji Sansthanachá Itihassa*).—

Sucederam ao Conde de Alva em 1 de Julho de 1756, no governo do Estado da Índia, o arcebispo D. António Taveira de Neiva Brum, João de Mesquita Matos Teixeira e Filipe de Valadares Sotomaior. Estes governadores são lacónicos na informação que mandaram a S. M. sobre a morte do Vice-Rei. Diziam eles no ofício de 22 de Janeiro de 1757:

«Recolhido o V. Rey com animo de repetir a conquista no mês de Setembro em que, cessando o rigor do inverno, daria melhor comodidade de operarem comodamente as tropas e artilharia, mudou em breves dias de resolução, e pondo-se logo em marcha com todas as tropas militares e sipais executou segunda vez a operação no dia 28 do dito mês com a infelicidade da sua perda, e da sua pessoa ás *maons dos inimigos*, e depois de largo espaço de rigoroso combate, foram obrigadas a retirar-se em precipitada fugida, deixando no campo os mortos...». (*Livro das Monções* n.º 129 A, fls. 283).—

Para os referidos governadores interinos (dos quais um era arcebispo) a morte do Vice-Rei pelo Marata estava provada pelo inquérito que se fizera a 30 de Junho, por ordem do Conselho de Estado, pelo Capitão de Mar e Guerra Francisco Xavier. Nesse inquérito, o tenente-coronel António Mourão de Miranda declarou que em toda a retirada não encontrou o Vice-Rei, mas que lhe asseguraram alguns soldados que o inimigo o tinha morto. O tenente-coronel Manuel Garcia escreveu: «Quando eu vim correndo o outeiro, depois de já tudo estar em fugida, e o inimigo já sobre nós com as largas, vi o snr. V. Rey na baixa do outeiro retirando-se a paço, e toda a mais gente correndo, ahinda destes muitos não podiam escapar por vir o inimigo sobre elles; e eu deichei o caminho, e meti-me por uma varze com outros, e não vi mais o snr. V. Rey, nem podia chegar a mesma varze no paço que levava porque o inimigo estava já sobre nós, e entrou pela varze; e o que tenho ouvido dizer é pello vulgo que o matarão; porem os que o vicem matar não podião escapar; só alguns que ficassem feridos e parecessem mortos, e depois podecem vir».—

O sargento-mór Inácio de Souza e Brito depôs: «A notícia que posso dar do Ill.mo Snõr Conde V. Rey he que foi morto pello inimigo: assim mo asseverarão alguns officiaes e soldados».

O sargento-mór João Pedro de Castro declarou: «e nella (na campanha de Pondá) me sertificarão que o dito senhor V. Rey o tinhão matado ás *cotiladas*, e a serteza disto me diçerão varios sipaes, e hum Padre da Companhia que tãobem hia com o dito V. Rey, do que me pareçe que será serto pello lugar que eu vy, aonde se achava o dito V. Rey».

O tenente de infantaria António José da Costa disse: «Aqui pasou três vezes a fortaleza de Mordon-godd, mas foram dizimadas. O inimigo retirou-se para Goa atravessando o rio perto de Queulá. Matámos dez a vinte portugueses e trouxemos presos cinco a sete». *(P. D.*, vol. 28, doc. 262). —

No mencionado *Peshvá Daftar* há mais uma carta marata, escrita pelo general Vassudeva Quexevá ao dominante de Puném, em 22 de Julho de 1756, em que se refere à notícia que lhe foi comunicada de Vijayadurga, nos seguintes termos: «Cerca de mil a mil e quinhentos portugueses vieram atacar a fortaleza de Mordon-godd, tomaram o *bazar* de Pondá e quando estavam formando baterias para atacar a fortaleza, sairam desta os nossos de encontro aos assaltantes. Houve uma luta renhida entre eles e a nossa gente. Matámos do lado dos Portugueses quinhentas a setecentas pessoas. Tinha vindo o próprio Vice-Rei que também foi morto». (*Khassá Firanguihi alá hotá tohi paddlá*). *(P. D.*, vol. 24, doc. 243).—

No sítio onde foi encontrado morto o Vice-Rei, os Maratas erigiram um padrão que o Bispo de Halicarnasso mandou demolir na ocasião da conquista de Pondá, em 1763 (Bib. Nac. Lisboa, Colecção Pombalina, Códice 172, Fls. 38). É também assinalado esse sítio na planta da Praça de Pondá, desenhada nessa época, existente na Biblioteca pública de Évora.

Uma outra carta marata, escrita pelo próprio dominante de Puném, Ballagi Bagi Rau a Naraiana Rau Venetexa, em 6 de Julho de 1756, fornece mais alguns informes sobre a presente campanha do Vice-Rei Conde de Alva. Foi trazida à luz pelo investigador da história dos Maratas, Vassudeva Kharê, que a descobriu no Arquivo do Rajado de Miraj. Dela traduzimos para português alguns trechos. Ei-los:

«Visnu Naique recebeu uma carta de Dulbagi Naique dizendo que o Vice-Rei, em pessoa, trazendo consigo mil e quinhentos Portugueses, quatro a cinco mil homens de pé, tomou o *bazar* de Pondá e em marcha ofensiva chegou até à porta da fortaleza. Nesta conjuntura, a gente da fortaleza perdeu o ânimo e, com o pensamento em Deus, mandou rufar os timbales. Então os Portugueses julgaram que vinha contra eles o nosso exército e, desnorteados, puseram-se em retirada. Nessa ocasião a nossa gente matou duzentas a trezentas pessoas e repeliu os assaltantes para além do rio. (Doc. 35 do cit. *Ichalcaranji Sansthanachá Itihassa*). —

Sucederam ao Conde de Alva em 1 de Julho de 1756, no governo do Estado da Índia, o arcebispo D. António Taveira de Neiva Brum, João de Mesquita Matos Teixeira e Filipe de Valadares Sotomaior. Estes governadores são lacónicos na informação que mandaram a S. M. sobre a morte do Vice-Rei. Diziam eles no ofício de 22 de Janeiro de 1757:

«Recolhido o V. Rey com animo de repetir a conquista no mês de Setembro em que, cessando o rigor do inverno, daria melhor comodidade de operarem comodamente as tropas e artilharia, mudou em breves dias de resolução, e pondo-se logo em marcha com todas as tropas militares e sipais executou segunda vez a operação no dia 28 do dito mês com a infelicidade da sua perda, e da sua pessoa ás *maons dos inimigos*, e depois de largo espaço de rigoroso combate, foram obrigadas a retirar-se em precipitada fugida, deixando no campo os mortos...». (*Livro das Monções* n.º 129 A, fls. 283). —

Para os referidos governadores interinos (dos quais um era arcebispo) a morte do Vice-Rei pelo Marata estava provada pelo inquérito que se fizera a 30 de Junho, por ordem do Conselho de Estado, pelo Capitão de Mar e Guerra Francisco Xavier. Nesse inquérito, o tenente-coronel António Mourão de Miranda declarou que em toda a retirada não encontrou o Vice-Rei, mas que lhe asseguraram alguns soldados que o inimigo o tinha morto. O tenente-coronel Manuel Garcia escreveu: «Quando eu vim correndo o outeiro, depois de já tudo estar em fugida, e o inimigo já sobre nós com as largas, vi o snr. V. Rey na baixa do outeiro retirando-se a paço, e toda a mais gente correndo, ahinda destes muitos não podiam escapar por vir o inimigo sobre elles; e eu deichei o caminho, e meti-me por uma varze com outros, e não vi mais o snr. V. Rey, nem podia chegar a mesma varze no paço que levava porque o inimigo estava já sobre nós, e entrou pela varze; e o que tenho ouvido dizer é pello vulgo que o matarão; porem os que o vicem matar não podião escapar; só alguns que ficassem feridos e parecessem mortos, e depois podecem vir». —

O sargento-mór Inácio de Souza e Brito depôs: «A notícia que posso dar do Illmo Snõr Conde V. Rey he que foi morto pello inimigo: assim mo asseverarão alguns officiaes e soldados».

O sargento-mór João Pedro de Castro declarou: «e nella (na campanha de Pondá) me sertificarão que o dito senhor V. Rey o tinhão matado ás *cotiladas*, e a serteza disto me diçerão varios sipaes, e hum Padre da Companhia que tãobem hia com o dito V. Rey, do que me pareçe que será serto pello lugar que eu vy, aonde se achava o dito V. Rey».

O tenente de infantaria António José da Costa disse: «Aqui passou hum vigarim (begarim) que dis que Sua Exea. falecera na fralda do outeiro». (*Livro das Monções* n.º 129 B.). —

A par destes depoimentos, convém notar que na época e nos anos seguintes, tanto em Goa, como em Portugal, ninguém, inclusivé o Marquês de Fronteira, irmão do Conde de Alva, teve a menor dúvida quanto ao facto de o Vice-Rei ter sido morto pelos inimigos. Um inglês, chamado Stevens, que à data do desastre de Pondá esteve em Goa, deixou uma descrição dos acontecimentos ocorridos em 28 de Junho de 1756. Encontra-se o presente documento na livraria do *India Office*, de Londres (Colecção dos Mss. de Orme, n.º 32, pp. 93-96). Escreveu o mesmo inglês falando da derrota de Pondá: ...Eles (portugueses) retiraram-se tão precipitadamente que ninguem pôde dar notícia do Vice-Rei; mas dois dias depois obtiveram a permissão para visitar o sítio onde se encontrava o cadaver do mesmo e transportaram-no ao seu território, para lhe dar sepultura, o que efectivamente fizeram no dia 1 do corrente».

Há mais. A citada «Relação dos sucessos prosperos e infelizes do Conde de Alva», por Joseph Roger, fornece informações que confirmam o que diz um valioso documento marata coevo.

Lê-se na mesma *Relação*:

«...Depois de várias peripécias de combates, ficou o Vice-Rei só com dezoito leais vassalos a defender-se de *oitenta Gentios que os acometeram*, morrendo depois duma luta desigual mas honrosa. Ficou só o vice-rei que, reconhecido pelo inimigo como pessoa de altíssima estirpe, lhe ofereceu a vida se declarasse quem era. Isto tanto irritou o vice-rei que, à falta de armas, se atirou ao inimigo com as mãos, castigando-os assim da ousadia de proposta tão cobarde. Nesta valorosíssima luta perdeu a vida». Ora o documento marata, ainda inédito, a que nos referimos é uma carta de Sardessai de Pondá, Dulbagi Naique Pratap Rau, escrita ao Secretário de Estado Belchior José Vaz de Carvalho. Encontramo-la, recentemente, no Arquivo Histórico de Goa. Esta carta é datada de 30 de Junho de 1756 e foi traduzida oficialmente no dia seguinte. O referido Sardessai, pelo cargo que ocupava entre os Maratas e em especial pela importância da sua pessoa, devia estar melhormente informado sobre a morte do vice-rei. Damos, por isso, aqui em, versão portuguesa, o conteúdo da referida carta do Sardessai de Pondá. Ei-lo:

«É sabido de V. Mcê. o que se passou aqui. Temos de conformar-nos com a vontade de Deus! O meu irmão Visnu Naique apareceu nos Gates com o saguate de Pexvá e remeteu-o pelos patamares com as cartas (do Pexvá) ao Vice-Rei, estacionado em Queulá. Mas os mesmos não foram recebidos por S. Ex.ª. Era próprio da sua grandeza receber cartas e fazer-lhes resposta. As mesmas cartas continham várias matérias relativas à boa amizade e aos negócios de importância, mas S. Ex.ª, sem atender ao conteúdo delas, mandou embora os ditos patamares. Entre aquelas cartas do Pexvá havia também algumas para V. Mcê. Se V. Mcê. estivesse presente nessa ocasião tudo seria diferente, mas não há remédio para o predestinado. Na peleja ficaram muitos feridos e presos e a meu pedido são amparados por Essagi Panta (Governador do Pondá) que concedeu licença às pessoas que lhe foram enviadas pelo capitão de Salcete, com as cartas e o andor, para levarem o cadaver do Vice-Rei, como de facto o levaram. **Se se soubesse que era a pessoa do Vice-Rei, não teria dado lugar a este excesso** (i. e. morte); **foi por ignorância que tal sucedeu por mãos dos sipais...».**

O então tradutor oficial, Ananta Camotim Vaga, traduziu a parte final da citada carta do Dulbagi pela seguinte maneira:

«Se a pessoa do sr. V. Roy conhecesse alguem, não chegaria este excesso, e suscedeo isto pellos sipaes que o não conhecerão». É evidente aqui o defeito da redacção. Devia ser=se alguém conhecesse a pessoa do sr. Vice-Rei, etc...=

O texto marata diz: «Siyor Vizarê aissê caltê târi itâcá atissayêna gaddâtá. Na samazatam sipayachyá hatuna ghaddalem».

Vê-se por este passo da carta de Dulbagi Naique que o Vice-Rei foi morto pelo Marata, por não ter sido reconhecida, na ocasião, a sua identidade. O que corrobora a notícia dada por Joseph Roger.

Em reforço deste ponto de vista, temos ainda no Arquivo dos Pexvás mais um valioso documento marata do seguinte teor:

«Quando os Portugueses de Goa tinham cercado a fortaleza de Mordon-godd, os Sauntos receberam ordens para prestar ali serviço. Nesta ocasião, os Sauntos pelejaram com os portugueses, e matando o Vice-Rei português, fizeram levantar o cêrco». (*Peshvê Daptarantil Sanadapatrantil mahiti*, por Parasnis, pg. 196). —

As palavras «matando o Vice-Rei português», correspondem, no texto original, à frase «vizârâyina Firangui yans *maruna*».

Estas palavras maratas prestam-se a interpretação diferente, pois podem significar igualmente: «derrotando o Vice-Rei português». No caso, porém, de terem o primeiro sentido, como de facto parece, «os oitenta gentios» de que fala a citada «Relação» de Joseph Roger, é provável que sejam da tropa do Bounsuló. É importante sobre o assunto o testemunho do Bispo de Halicarnasso, D. Manuel de Noronha, que escreveu em 1772: «A infelicidade que experimentou o Vice-Rey Conde d'Alva, nasceo da malicia das tropas do Bounçuló expedidas por Giubá como socorro apparente ao Estado, sendo na rialidade mera industria, para obrarem, o que tam noctorio se fez com grande mortandade, e desdouro da nasção Portugueza». (Cit. *Systema Marcial Aziatico*, fl. 100 v.).

Resumindo, pode-se concluir, em face de documentos oficiais coevos, tanto da nossa parte como do lado dos Maratas, que o Vice-Rei Conde de Alva foi morto pelo inimigo.

Vem isto a propósito da tese sustentada por Tomás Ribeiro e seguida depois por Eduardo Balsemão, Teixeira de Aragão e muitos outros ilustres investigadores, (1) segundo os quais foram soldados portugueses que assassinaram *a tiro* o seu Vice-Rei, para salvar a situação de alguns oficiais, causadores do desastre. Convém, porém, observar que no processo não se encontra menor alusão aos supostos *dois tiros* que, segundo Tomás Ribeiro, deram morte ao Conde. Antes pelo contrário, sabe-se que o desventurado Vice-Rei foi morto às *cotiladas* e que o tenente de granadeiros Ricardo Borges de Rezende Chaves, no seu depoimento, nunca aludiu a esses tiros, ao contrário do que escreve o referido poeta. —

Fala também Tomás Ribeiro da sindicância que os governadores interinos mandaram abrir sobre a morte do Vice-Rei, porque «correra logo em Goa a nova de que a morte do conde de Alva foi devida, não aos tiros do inimigo, mas ao criminoso desatino dos seus próprios soldados». *(Jornadas*, II, *Entre Palmeiras*, 1932, pg. 167). —

Não é verdade. A sindicância foi mandada abrir, sim, mas para averiguar se a derrota de Pondá «procedeu da precipitação com que o Tenente Coronel António Mourão de Miranda mandou escalar intempestivamente a fortaleza de Pondá pelas tropas que comandava sem ter para isso ordem do Vice-Rei». —

A respectiva portaria de sindicância tem a data de 27 de Julho de 1756. O sindicante foi o Desembargador João Alberto de Castelbranco que apresentou o seu relatório aos Governadores em 24 do mês seguinte.

Diz o mesmo sindicante:

«Com a mayor exacção, que me foy possivel, procurei indagar a verdade; mas não o pude conseguir sem contradicção, como frequentemente acontece neste Paiz». —

E acrescenta:

«Consta do sumário, que juntas as tropas destinadas para a conquista da Praça de Pondá no Pagode de Queulá, não deu o Illmo Exmo Snr. Conde de Alva ordem alguma por escripto a respeito da forma, e disposição com que devia ser atacada».

Mas observa no fim:

«Não obstante dizer eu no princípio que António Mourão de Miranda não teve ordem para escalar a Praça, contudo jurão testemunhas cada huma dellas singulár, que o snr. V. Rey lhe dissera no Pagode de Queulá que se visse que as bombas fazião estrago na Praça, ou cauzavão algum incendio de forma que se perturbase a goarnição marchase á escalada».

Os governadores interinos escreviam a propósito para El-Rei, no referido ofício de 22 de Janeiro de 1757:

«Recolhido o exército sem procecução dos inimigos se divulgou que a infelicidade tivera origem em antecipar o Tenente-Coronel António Moyrão de Miranda Comandante das primeiras companhias de granadeiros na primeira avançada da escalada a ordem que havia recebido do Conde V. Rey, e como as que este deo, não forão por escrito, mandamos ao Desembargador Chanceler informar-se do sobredito procedimento tirando uma exacta inquirição cuja cópia pomos na Real prezença de V. Mge. para a rezolução que julgar conveniente visto não constar della couza que obrigasse a livramento judicial».

Foi assim o resultado da sindicância a que procedeu o Desembargador Chanceler Castelbranco. Eduardo Balsemão acha extranho que o Desembargador Castelo Branco não tomasse o depoimento do padre da Companhia, que a 6.ª testemunha, o capitão de mar e guerra Marcos António d'Azevedo Coutinho Monteiro diz achar-se com o Vice-Rei na ocasião da sua morte, porquanto o depoimento deste sacerdote já pelo seu caracter, já por não pertencer à classe directamente interessada no assunto, havia, por certo, de ser um dos mais importantes e exactos. Mas a verdade é que o referido padre também fora morto com o Vice-Rei (Cit. *Relação*, p. 17). Mas, mesmo que o Comandante Mourão de Miranda fosse culpado por não ter dado, por qualquer circunstância, a devida execução à ordem superior, não há motivo para se duvidar dele e dos mais oficiais responsáveis na desastrada escalada à Fortaleza de Pondá, a ponto de se lhes atribuir a cobardia de matar o seu próprio Vice-Rei. A História não mostra que os oficiais acusados tivessem chegado a tamanha degradação moral!

---

(1) Tomás Ribeiro, *Jornadas*, II *Entre Palmeiras*. Goa, 1932, pp. 162-170;
Eduardo Balsemão, *Os Portugueses no Oriente*, II Parte, pp. 200-209;
Teixeira de Aragão, *Descripção das Moedas*, Tomo III, pp. 309-310;
Padre Gabriel de Saldanha, *História de Goa*, 2.ª ed., pp. 215 — Só o Coronel Delduque da Costa, servindo-se da aludida «*Relação*» de Joseph Roger, defende a tese contrária no *Oriente Português*, de Goa, de Abril e Julho de 1932.

Os governadores interinos deviam estar convencidos de que o Conde de Alva foi morto pelos sipais dos Maratas, quer pelo inquérito de 30 de Junho, quer pela carta referida do Sardessai de Pondá, Dulbagi Naique Pratap Rau, da mesma data.—

É fora de dúvida que se tivesse corrido em Goa, logo depois da derrota de Pondá, a notícia de que a morte do Vice-Rei fora devida aos seus próprios soldados, como o escreve Tomaz Ribeiro, certamente Stevenson teria mencionado esse facto no seu relato. Além disso, se o Marata soubesse que o Vice-Rei fora morto pelos soldados portugueses não deixaria de o dizer claramente aos governadores, porque o mesmo, neste tempo, queria manter relações de amizade com o governo de Goa e receava que, por vingança, os Portugueses quizessem vir novamente atacar Mordon-godd. E assim se explica por que o Governador, de Pondá cumprimentou, sem dilação, os governadores interinos que, em 1 de Julho de 1756, tomaram posse do Governo do Estado da Índia, após a morte do Vice-Rei. (Ofício dos governadores interinos a S. M., de 21 de Janeiro de 1757). É também a razão porque o Governador Marata de Pondá entregou sem delongas o cadáver do Conde de Alva e doutros portugueses mortos na campanha.—

Os Maratas esperavam que os portugueses de Goa quizessem vingar-se do desastre de Pondá. Consta duma ordem do próprio Pexvá, Balagi Baji Rau, de 20 de Julho de 1757, para o governador dessa fortaleza estar em boas relações com os Portugueses, devolvendo-lhes ainda o estandarte que lhes fora tomado pelos Maratas. (Cit. *Ichalcarangi Sansthanachá Itihassa*, doc. 41).—

O enviado Marata assistente em Goa, de nome Naran Bhaskar, escrevia que os Portugueses tencionavam ir contra Mordon-godd, depois de vir de Portugal o novo Vice-Rei (Conde da Ega). Esse enviado dizia também que o mensageiro de Sidi pedia ao Governador para *vingar a morte* do Conde de Alva, conquistando o Mordon-godd. *(Kavyeti lhasse Sangraha Patrêm, Yadi vagairê*, doc. 176).

Em 23 de Setembro de 1758 chegava a Goa o novo vice-rei Manuel de Saldanha de Albuquerque, Conde da Ega, a quem coube a glória de tomar, em 1763, a fortaleza de Mordon-godd e arrazá-la. (1)

No dizer deste vice-rei, entre outros motivos que houve para demolir a fortaleza de Pondá, foi o de vingar a morte do vice-rei, seu antecessor. Também isto nos faz crer que o Conde da Ega conhecia a verdadeira causa da morte do Conde de Alva.

(Comunicação apresentada à Academia, em Sessão Plenária de 14 de Outubro de 1954).

---

(1) O vice-rei Conde da Ega no seu célebre ofício a S. M. de 20-1-1764, escrevia:

> «Com a demolição d'aquella praça tiramos ao Marata ou a outro qualquer potentado d'este Concão, os desejos que todos tinhão de a possuir, e que os fazia determinar a descer os Gates e vir à nossa vizinhança, porque não tendo naquellas jurisdicções lugar fortificado em que possão subsistir, nem menos um receptaculo para se conservarem no inverno, quando ainda succeda assim, que se determinem a descer e se lhe não possa embaraçar, farão somente alguma correria, e se retirarão sem demora, o que tambem não parece verosimil, porque para a expedição d'esta mesma invasão as despezas serão tão excessivas, que não corresponderão certamente às utilidades que possão tirar; e como os asiaticos não fazem a guerra em lhes não sentindo conveniencias, parece que o meu conceito não deixa de ter solidos fundamentos.—
>
> Na distancia em que puzemos o Marata com esta nova conquista, pode estar Goa em mais socego, sendo preciso ao mesmo Marata para chegar até esta capital alguns dias de caminho por certos desfiladeiros, que não são tão difficeis de guardar, quando até agora para de Pondá vir à casa em que eu resido o podia muito commodamente fazer em 2 horas; e todo este Estado se achava no evidente risco de amanhecer um dia invadido de um tal visinho». (*Livro das Monções*, n.º 138, fl. 870. E. Balsemão, cit. *Os Portugueses no Oriente*, 3.ª parte, pp. 213-240).

Comp. e Imp. na Ottosgráfica, Ltd.—Conde Barão, 50—Lisboa